

David Birmingham

Prefácio

Jill R. Dias: uma breve apreciação

Numa tarde de Setembro em 1973, Jill Dias veio tomar chá na varanda da minha vivenda no bairro de São Paulo em Luanda. Na época eu estava a trabalhar em documentos do século XIX sobre a zona cafeeira de Cazengo e a Jill tinha recentemente acabado a sua tese de doutoramento sobre uma comunidade de mineiros de chumbo no Norte de Inglaterra. Falámos sobre a natureza da pesquisa histórica, a diversidade dos registos históricos, a escassez de académicos em Angola e as oportunidades que uma estadia de um ano em Luanda podiam abrir para uma jovem e entusiasta investigadora. E assim começou uma longa e produtiva carreira que, na sequência da revolução de Abril do ano seguinte, ajudou a mudar a percepção portuguesa de África e o seu passado.

A Jill pertencia à respeitável burguesia do centro de Inglaterra e cresceu na periferia do coração industrial do país, numa família ligada aos negócios. Nos anos 60 estudou História na mais prestigiada das novas universidades britânicas, a Universidade de York, que também estava a formar um ambicioso jovem economista português chamado Cavaco Silva. Com um diploma reconhecido no bolso, Jill mudou-se para Oxford para se dedicar à investigação. «Não se pode fazer história», disse-me, «se não se estiver disposto a sujar as mãos.» E a Jill estava disposta a fazê-lo, pesquisando e «escavando» com uma poderosa coerência de propósito. Mas Oxford não só aguçou a sua capacidade intelectual como lançou as sementes da sua nova carreira como africanista. No outro lado da cidade, em Balliol College, encontrou o jovem Alberto Romão Dias, que viria a tornar-se um dos mais conceituados professores em Portugal, e, por um curto período, um dos ministros de Estado na época da transição da ditadura para a democracia. Foi a mobilização de Alberto durante o último ano do império que levou a Jill para África, logo após o seu casamento. E com esta faculdade de fazer, acidentalmente, descobertas felizes e inesperadas se forjam carreiras profissionais.

Dois anos após o meu primeiro encontro com Jill Dias voltámos a encontrar-nos para tomar chá, desta vez num jardim nas colinas da zona fronteiriça

do País de Gales. Trazia consigo o esboço de uma comunicação que se revelou ser a primeira tentativa académica séria de compreender a transição em Angola de uma relação comercial informal com Portugal para uma relação mais formal de domínio imperial. No século XIX, o mapa político do *hinterland* de Luanda tinha sofrido uma lenta transformação, como David Livingstone, Héli Chatelain e muitos outros viajantes tinham relatado. Mas para compreender a natureza concreta daquela transformação tornar-se-ia necessário entrar nas mentes dos actores, tanto activos como passivos, que, no palco local, estavam a viver estas mudanças radicais. Alguns aristocratas africanos perderam prestígio, poder e até terras, enquanto outros conseguiram encontrar novas oportunidades na crescente esfera de influência protocolonial dos portugueses, que irradiava a partir do porto de Luanda. Um deles foi Kabuku Kambilo. A investigação de Jill adoptou o princípio – mais tarde compartilhado pelo grande historiador de África da Universidade de Cambridge, John Iliffe – segundo o qual todo o estudo de História de África teria de ouvir vozes africanas. Se os historiadores não respeitassem este critério, e se baseassem nas interpretações de terceiros sem ligação aos locais, o resultado do seu trabalho seria superficial e pouco convincente.

O seu ensaio «Kabuku Kambilo and the Portuguese 1873-1896» foi publicado em 1976 na *Journal of African History* de Cambridge e trouxe o nome Dias para a ribalta dos estudos lusófonos. O duplo papel de rei do «Dombo», gerindo os negócios políticos e económicos das suas duas dúzias de reinos e, em simultâneo, de funcionário do governo em Luanda como coronel, e mais tarde general, das milícias nativas, envolvia um hábil navegar entre os dois mundos. O conflito com a primeira geração de colonos-agricultores, que tentavam tirar proveito das plantações após a abolição da escravatura formal, era muitas vezes intenso. A cidade estava indecisa, ora apoiando os colonos, ora vendo-os como uma ameaça ao surgimento de uma classe próspera de produtores africanos capazes de proporcionar riqueza na colónia mercantil.

Kabuku não só se ocupava dos negócios de proprietários de terras seus contrerrâneos que detinham interesses no negócio do café, como detinha o monopólio da concessão do importante serviço de barcas que atravessavam o rio Lukala. A partir de 1881, porém, os tempos no império rumaram contra os agentes indirectos da cidade e o património de Kabuku entrou em declínio. Uma ponte sobre o rio tirou-lhe uma fonte de receitas, e as revoltas populares contra as décimas e o imposto de palhota introduzido pelo governo português causaram uma fragmentação da autoridade dos chefes ou *sobas*. A autonomia africana seria definitivamente esmagada quando uma onda devastadora da doença do sono se propagou pelas regiões de Cambambe e Cazengo em 1899, deixando o caminho aberto para a nova era colonial do imperialismo português.

O meu terceiro memorável encontro com Jill Dias teve lugar na varanda coberta de flores com vista para o Tejo da sua casa em Lisboa. O seu próximo projecto era lançar uma revista académica para abordar o estudo da África de Língua Portuguesa, uma revista que não se limitasse à História mas que englobasse o conjunto das Ciências Sociais. A tarefa requeria visão, perícia, persistência e muita paciência para com autores, leitores, a tipografia e a distribuição. Jill mostrou ter todas estas qualidades, e em 1984 o primeiro número anual da *Revista Internacional de Estudos Africanos* fez a sua estreia no palco do mundo. Durante os quinze anos que se seguiram, Jill editou cerca de vinte números da revista, com um reduzido apoio consultivo, financeiro e institucional.

A iniciativa audaz que seguidamente se enraizou na mente fértil de Jill foi a sua determinação em trazer para Lisboa uma colecção de artefactos artesanais que tinham sido produzidos na esferas de influência portuguesa em África – mas também nas Américas – e que estavam expostos em diferentes museus em toda a Europa. O desafio de encontrar uma espaço condigno no museu colonial em Belém para exibir as peças em segurança, de conseguir a cobertura para os seguros destas peças, avaliadas numa fortuna, e de persuadir museus tão distantes como o de Berlim a emprestar objectos valiosos a um fiel depositário no estrangeiro, era enorme. Os esforços tiveram um êxito redobrado, e dois imensos catálogos, ilustrados a cores, foram concebidos, escritos e publicados para acompanhar a exposição.

A investigação e o empreendimento académico foram posteriormente acompanhados pela sua entrada na universidade como professora. Os meandros burocráticos portugueses nunca foram fáceis de superar para um académico nascido no estrangeiro, e na época da renascença intelectual, após quarenta e oito anos de silêncio do salazarismo, os conflitos entre escolas rivais de emigrantes portugueses que regressaram ao seu país complicou a situação ainda mais. Nenhum académico formado na tradição francesa estava disposto a considerar que um diploma de Oxford pudesse ter valor no continente, e o progresso da carreira da Jill no ambiente universitário de então era muito lento e frustrante. Na Universidade Nova de Lisboa, nada menos do que quatro departamentos estavam nas mãos de historiadores de escolas e tradições rivais: americana, no caso de Oliveira Marques, escocesa, no caso de Jaime Reis, francesa, no caso de Magalhães Godinho, e inglesa, no caso de Jill, que progrediu lentamente de professora auxiliar de História da Antropologia para professora catedrática e chefe do departamento.

Apesar de Jill se manter actualizada, inteirando-se das novas teorias académicas, dos novos métodos de ensino e de novos horizontes, como por exemplo a Ásia, conservou sempre a sua afeição por África e num período de trinta anos de carreira actuou como madrinha para dezenas de jovens estudantes e académicos, de origem portuguesa e africana, que necessitavam

de orientação e encorajamento para explorar bibliotecas, arquivos, escrever esboços de teses e apresentar comunicações. Em 1997, esta vida dedicada à investigação de outros foi celebrada num congresso que teve lugar em Angola, intitulado «A Construção da História Africana». Jill passou da solitária esposa de um militar, embrenhada na consulta dos arquivos de Cambambe, a uma «rainha» para todos os que orientava, sem deixar de ser tímida e reservada como sempre. Duzentas pessoas, estudantes, professores, jornalistas, veteranos de guerra, encheram a sala do Cinema Imperial, luxuosamente remodelada para albergar o parlamento da jovem nação. Os convidados de Jill incluíam Beatrix Heintze, a autora alemã de uma dúzia de livros académicos sobre Angola; Joseph Miller, que em breve seria nomeado presidente da American Historical Association no seguimento da publicação da sua obra-prima sobre a história económica de Angola oitocentista; e a já falecida Christine Messiant, francesa, cujo título da sua palestra «Entre nós em Angola mesmo o passado é imprevisível» foi uma fásca brilhante que iluminou o debate na sala da assembleia até que o sol finalmente se pôs na tarde de sábado.¹

A carreira de Jill não culminou naqueles dias fascinantes de Luanda. De regresso a Lisboa passou os dez anos seguintes a combater a burocracia estatal para cuidar do seu Centro de Estudos Africanos e Asiáticos na Rua da Junqueira. A sua obra publicada expandiu-se e passou a incluir um longo ensaio sobre Angola no século XIX, publicado num imenso volume sobre a história do Império Português em África entre 1825 e 1890, coordenado em conjunto pela Jill e por Valentim Alexandre.

Foi a sua equipa de investigação, constituída por uma dúzia de académicos, uns jovens e outros mais experientes, que, instalados na confortável biblioteca por ela criada, tomaram a iniciativa de elaborar este livro de homenagem.

¹ O autor deste prefácio apresentou na ocasião uma comunicação sobre «Angola e a Igreja» que foi publicado na sua colectânea de textos *Portugal e África* (Lisboa: Vega, 2003).